

***Accountability* educacional, avaliação externa e responsabilização**

Ana Lúcia Felix dos Santos

Eloísa Maia Vidal

Neste número temático da revista *Em Aberto*, intentamos, por meio da produção de autoras e autores de distintas regiões do Brasil e de um pesquisador da Colômbia, dar visibilidade a estudos e pesquisas que analisam as políticas de avaliação educacional e o consequente uso de avaliações externas em larga escala, as quais se apresentam como medidas de regulação da educação pública e se vinculam às políticas de responsabilização e de resultados. Partimos do pressuposto de que, nas unidades subnacionais, as políticas de *accountability* educacional avançam ao longo do tempo, vão tornando-se mais regulares e são acrescidas de novos mecanismos ou inovações que têm por objetivo o seu fortalecimento, por meio da busca de maior legitimidade e do aprimoramento dos controles e do monitoramento das escolas.

Na seção Enfoque, as autoras Ana Lúcia Felix dos Santos, Andreia Ferreira da Silva e Eloísa Maia Vidal, em "Avaliações estaduais da educação, seus contornos e evoluções de 1992 a 2022", realizam uma revisão sistemática de literatura sobre os sistemas estaduais de avaliação criados nos estados brasileiros, identificando aspectos teóricos e análises já empreendidas sobre tais sistemas e suas possíveis vinculações a mecanismos de *accountability*. A identificação de teses e dissertações sobre o tema foi realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). As autoras constataam que, embora as avaliações estaduais tenham sido criadas em momentos diferentes, nos últimos dez anos, vêm alinhando-se em torno de modelos integrados a mecanismos distintos de *accountability* implementados em cada sistema, implicando critérios de maior ou menor responsabilização sobre escolas, gestores e docentes.

A seção Pontos de Vista é composta por seis artigos, dos quais cinco pautam os cenários brasileiros em que as avaliações estaduais se materializam e um traz elementos da realidade colombiana.

No primeiro artigo, “*Los dispositivos de la accountability escolar en el espacio social: entre el control y la responsabilidad de la escuela*”, o pesquisador colombiano José Emilio Díaz Ballén considera que as políticas de *accountability*, e sua forma privilegiada conhecida no mundo anglo-saxão, são típicas de uma nova gestão técnica e gerencial, que exige controle e responsabilidade no espaço social, e, em particular, no monitoramento e na auditoria dos sistemas educacionais. O estudo fundamenta-se na sociologia crítica de Pierre Bourdieu.

O segundo texto, escrito por Elton Luiz Nardi, tem como título “*Accountability de resultados em cenário de desigualdade educacional*”. O autor analisa contrastes entre finalidades atribuídas pelo Estado brasileiro a medidas estruturantes para a educação básica e alterações concretas no quadro da desigualdade educacional no País. Concebe a avaliação externa em larga escala associada à fixação de metas, ao estabelecimento de *rankings* entre escolas e redes de ensino e à concessão de bonificações a título de premiação pelo alcance de resultados. Conclui que a crescente adoção dessas medidas para a educação básica coexiste com a desigualdade educacional, que persiste e tende a avanços.

No terceiro artigo, “Influência das políticas de responsabilização na prática pedagógica de professores em quatro estados da Região Nordeste”, Máira Lana Kascher Santos, Edmilson Antônio Pereira Junior e Dalila Andrade Oliveira abordam as políticas de *accountability*, particularmente no que diz respeito à autonomia profissional dos educadores, classificando-as como de alta ou baixa responsabilização.

No quarto estudo, denominado “Políticas de responsabilização nos sistemas educacionais do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte”, as autoras Wirla Risany Lima Carvalho, Lucinete Marques Lima, Luisa Xavier de Oliveira e Iasmin da Costa Marinho tomam o Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão (Seama), o Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (Saepi) e o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional (Simais) do Rio Grande do Norte para analisar qual é o respectivo nível de responsabilização: *high-stakes* (forte) ou *low-stakes* (branda).

No quinto artigo, intitulado “Políticas de avaliação e de responsabilização no estado de Alagoas”, os pesquisadores Givanildo da Silva, Inalda Maria dos Santos, Edva Emanuelle Gomes da Silva e Fernanda Karina Souto Maior de Melo apresentam os caminhos percorridos para a sua disseminação ao serem adotadas pelos municípios alagoanos. Revelam que essas políticas estão em consonância com as políticas globais que recorrem a técnicas e estratégias para efetivar um modelo de educação pautado na dimensão mercadológica, competitiva e gerencialista, repercutindo na organização da escola e no trabalho docente.

O último artigo da seção trata do “Sistema de Avaliação Estadual da Aprendizagem Escolar no contexto da rede pública de ensino do Acre” e foi elaborado por Mark Clark Assen de Carvalho, Jean Mauro de Abreu Moraes e Mirian Souza da Silva. Os autores analisam o seu processo de criação e implantação, destacando que o conceito de *accountability* se encontra internalizado e associado às ideias de

avaliação, prestação de contas e responsabilização, oriundas das determinações externas, com impacto direto na configuração das ações internas ao contexto da escola, por meio de mecanismos de regulação e de bonificação atrelados ao desempenho aferido.

Na seção Espaço Aberto, Andréia da Silva Ferreira entrevista a professora Sandra Zakia Sousa, da Universidade de São Paulo. Pesquisadora atuante na área de política e avaliação educacional desde a década de 1990, possui uma grande e relevante produção sobre o tema, com reconhecimento nacional. Ela faz apontamentos sobre sua inserção nessa área de pesquisa, debate sobre a produção do conhecimento e discute acerca de avaliação em larga escala e avaliação institucional, colaborando com elementos sobre responsabilização e qualidade da educação.

Na seção Resenhas, há duas contribuições. Na primeira, Anderson Gonçalves Costa apresenta a obra *O conceito de accountability na ciência política brasileira: uma introdução*, de Pedro Nascimento, destacando que seu caráter didático-pedagógico contribui para problematizar e esclarecer esse conceito mediante diferentes abordagens assumidas por cientistas políticos. Na segunda, Paulo Bruno José Ferreira de Brito analisa o livro *Avaliação externa de escolas: quadro teórico/conceptual*, organizado por José Augusto Pacheco, para mostrar que o modelo português é bem diferente do que acontece no Brasil. No entanto, muitos dos seus fundamentos têm as mesmas bases, já que essas são políticas ensejadas pelas decisões transnacionais e supranacionais e, no caso de Portugal, a influência é exercida por meio do continente europeu, de seus organismos e de políticas estabelecidas em outros países.

Por fim, na seção Bibliografia Comentada, uma seleção de artigos, livros, relatório e tese foi organizada por Alexandre Viana Araújo, com a finalidade de estimular o leitor a buscar outras abordagens e enfoques sobre o tema deste número da revista *Em Aberto*.

Ao apresentarmos esse conjunto de textos, temos como objetivo contribuir com a ampliação do debate que envolve os sistemas de avaliação educacional e sua vinculação com a *accountability* educacional.

Boa leitura!!

Ana Lúcia Felix dos Santos
Eloísa Maia Vidal
Organizadores